

A CORRUPÇÃO E OS MÉDIA – UM OLHAR DOS JORNALISTAS SOBRE A RELEVÂNCIA DO TEMPO

Ana Moreira, Emília Araújo & Helena Sousa

RESUMO

As relações entre os média, a política, o sistema judicial e o fenómeno da corrupção são complexas e inscrevem-se em vários tipos de tempo e de temporalidade. Neste texto, a partir de um estudo empírico qualitativo conduzido junto de jornalistas que fizeram acompanhamento de casos de corrupção envolvendo políticos, discute-se a importância do tempo na constituição das relações entre média, política e o sistema judicial. A análise permite destacar, por um lado, algumas das principais características do tempo no trabalho mediático, e, por outro, a forma como o tempo configura as relações de poder que se estabelecem entre os diversos sistemas e atores.

PALAVRAS-CHAVE

Corrupção política; justiça; média; política; tempo

CORRUPTION AND THE MEDIA – A JOURNALISTS’ LOOK ABOUT THE RELEVANCE OF TIME

ABSTRACT

The relations between the media, politics, the legal system and the phenomenon of corruption are complex and gives rise to various types of time and temporality. In empirical terms, this text addresses a study conducted with journalists who have followed cases of corruption involving politicians. The importance of time in the constitution of relations between media, politics and the legal system is discussed. The analysis highlights some of the main characteristics of the time in the media labour. Additionally, it debates the way in which time configures the relations of power that are established between the different systems and actors.

KEYWORDS

Political corruption; justice; media; politics; time

INTRODUÇÃO

Este texto debruça-se sobre a relevância do tempo e das temporalidades, por via de uma análise do modo como os média veiculam os fenómenos de corrupção envolvendo acusações a políticos. Pretende-se demonstrar que o tempo constitui a relação estabelecida entre jornalistas, políticos e entidades judiciais, permitindo entender as interdependências entre sistema mediático, político e judicial.

São vários os casos de corrupção que envolvem políticos, uns provados, outros apenas suspeitos. A corrupção envolve a prática de atos cujos efeitos são negativos para os sistemas democráticos e favorecem a redução da confiança pública na política.

Ainda que a corrupção tenha um lugar de destaque nos sistemas de regulação (da economia, à política), presentemente, os países democráticos continuam marcados por sucessivos escândalos que envolvem direta ou indiretamente pessoas que desempenham cargos políticos (Paixão, 2014, 2017). Plasmados em ligações suspeitas a crimes económico-financeiros ou tráfico de influências, a sucessão destes casos e a grandeza dos seus efeitos são razões suficientes para classificar o fenómeno como uma “patologia social” (Ferin, 2017) que promove, além do descrédito nas instituições, a normalização potencial da ilicitude e dos comportamentos não éticos.

Este texto tem como objetivo explorar a relevância do tempo no estabelecimento das mediações entre justiça, política e média e, nesse sentido, usa o fenómeno da corrupção de forma heurística, ou seja, para demonstração das principais dimensões temporais na constituição dos fenómenos mediáticos que implicam diretamente políticos e justiça. Não é, por isso, objetivo do artigo, aprofundar a problemática da corrupção envolvendo políticos, mas dar conta das perceções dos jornalistas acerca da importância do tempo e das temporalidades na definição das relações que estabelecem e podem estabelecer quer com os políticos, quer com o sistema judicial, quando estão em causa acusações dirigidas a políticos.

Tal como demonstraremos a seguir, a problematização do tempo e das temporalidades é ainda hoje escassa, não só no que respeita aos média, mas, principalmente, no que respeita às relações entre média, política e justiça. Mobilizaremos as abordagens existentes acerca dos conceitos de aceleração e velocidade nas sociedades pós-modernas para melhor entendimento dessas relações. Iremos evidenciar o interesse em que os média, a justiça e a política providenciem formas de reforço da sua qualificação em questões de tempo e temporalidade, contribuindo para a melhoria da ação comunicativa em democracia.

Em termos empíricos, o texto baseia-se na análise de conteúdo temática realizada a entrevistas com 30 jornalistas que estiveram ligados a publicação de notícias relacionadas com casos de corrupção em Portugal e estrutura-se em 4 pontos principais. Primeiro, apresenta-se uma problematização acerca da temática da corrupção nos média. A seguir, são apresentadas as principais linhas teóricas que perspetivam as relações entre média e tempo, média e política. No terceiro ponto é descrita a metodologia seguida no estudo. Nos dois últimos pontos, são apresentadas as conclusões e, juntamente, analisados os principais contributos para o entendimento da relevância do tempo na constituição dos fenómenos mediáticos que envolvem tanto políticos, como também membros do sistema judicial, regulatório.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CORRUPÇÃO E MÉDIA

Isabel Ferin e Estrela Serrano (2014), partilhando de uma visão focada sobre a corrupção praticada por detentores/as de cargos públicos, nomeadamente políticos/as, argumentam que a aquela deve ser percebida “como o abuso de poder em benefício próprio de agentes políticos democraticamente eleitos – situação que pode ocorrer durante ou após o exercício de funções públicas” (Ferin & Serrano, 2014, p. 8). A corrupção é, na sua essência, um fenómeno de poder (Sousa, 2011) explicitada pela existência de um pacto que, na visão de Luís de Sousa, envolve um contexto, atores/as, predisposição ética para violar a lei ou agir desonestamente, recursos e poder, confiança estratégica e processos de troca.

Para o objetivo deste texto – a análise da relevância do tempo na forma como os média tratam os casos de corrupção, destacando as principais relações temporais entre média, justiça e política – importa precisar algumas ideias sobre as relações entre média, justiça e política quando estão em causa situações de corrupção, de modo a entendermos por que se trata de um fenómeno propício à sobreposição e conflito entre tempos.

Podemos dizer que a forma como a corrupção se torna objeto do trabalho dos média é um assunto de enorme controvérsia porque, se por um lado, há um leque alargado de critérios legais que importa reunir para conduzir a um julgamento que a confirme, por outro, a corrupção é um fenómeno que promete escândalo e rendimento mediático. Provado ou não judicialmente, qualquer caso que envolva acusação de políticos é suscetível de se tornar velozmente num fenómeno temporalmente rizomático, com participação de múltiplos atores e instituições, cujas conexões deslocam tempos, espaços e poderes. Pier Paolo Giglioli (1996) advoga que os média evidenciam posturas diversas no que respeita aos fenómenos de corrupção que envolvem políticos: podem descobrir o caso, torná-lo público, conhecido e ou contribuir para a construção social do escândalo. No entendimento deste autor, os média são a principal fonte de informação do público sobre corrupção e, portanto, a atenção e o modo como concebem e veiculam conteúdos são fundamentais, mesmo nas democracias (Giglioli, 1996) para compreender a qualidade das instituições e dos processos democráticos, de transparência e ética. Luís de Sousa considera que os média são uma “peça integrante da infraestrutura de combate à corrupção” (Sousa, 2011, p. 72), mas, tendo a corrupção um elevado valor-notícia, acaba por ficar sujeita às relações de poder que se estabelecem entre média, justiça e a política e que são “reciprocamente instrumentais, oscilando entre a colaboração e o conflito” (Sousa, 2011, p. 72) e altamente mediadas nas lutas pelo controlo e domínio sobre o tempo – dos processos e da informação.

Ferin (2014) sustenta que a cobertura jornalística da política passou por grandes mudanças tecnológicas, económicas, financeiras e sociais que conduziram a mudanças na forma de fazer política (Ferin, 2014, p. 373). Argumentando que a corrupção constitui um assunto perante o qual os média tem poder de seleção e de construção, a autora analisa os casos BPN, Freeport e Face Oculta; e as eleições para a Assembleia da República e afirma que a cobertura jornalística constituiu um “tema polémico” que envolveu

acusações entre políticos, jornalistas e membros da justiça; fugas de informação (de elementos em segredo de justiça); transcrições de escutas telefónicas; e (tudo isso deu origem) a inquéritos judiciais instaurados a jornalistas e a órgãos de comunicação social pelo Procurador-Geral da República (Ferin, 2014).

Ferin (2014) considera haver grande suscetibilidade dos fenómenos de corrupção culminarem em “processos cascata”, que se sucedem em cadeia, “quando a cobertura de um caso diminui de intensidade, um outro caso o substitui e alcança maior intensidade” (Ferin, 2014, p. 398). No que diz respeito à televisão, a autora considera que os canais concederam tempos diferenciais às peças (maiores na TVI e menores na RTP1), sendo que “os enquadramentos são preferencialmente episódios” (Ferin, 2014, p. 404), centrados num “*issue*”, que pode ser um facto, um ator político ou um cenário. Por seu turno, Paixão (2014) avança com a tese de que a cobertura de fenómenos de corrupção contém ingredientes de infoentretenimento com “alusão à preparação da conferência, ao carácter emotivo, à roupa, aos adereços e ao penteado, às observações do advogado” (Paixão, 2014, p. 486). Na opinião dos jornalistas inquiridos pelo autor, o espetáculo-escândalo garante sucesso que podemos explicar pelo facto de criar espaços-tempos de grande liminaridade e de suspensão.

Prior e outros (2015) analisam e comparam os casos Face Oculta e Mensalão, dando relevo à temporalidade e ao modo como esta se deixa inscrever na narrativa de outras personagens ao mesmo tempo que as faz aparecer e desaparecer conforme o impacto pretendido:

a temporalidade surge, assim, ligada à capacidade de organizar os acontecimentos fragmentados das edições anteriores e contar uma “estória” mais complexa. O “quando” e o “como” convertem-se em *frames* verbais constitutivos da narrativa do escândalo, especificamente porque permitem situar o leitor no tempo dos acontecimentos, ajudar o jornalista/narrador a organizar o tempo enunciativo e, por conseguinte, o próprio discurso jornalístico. (Prior et al., 2015)

A mediatização da justiça constitui um objeto de estudo de uma panóplia de trabalhos nacionais e internacionais (Boda & Szabó, 2011; Greer, 2009; Guibentif, et al., 2002; Jewkes, 2004; Lourenço, 2013; Machado & Santos, 2008, 2009, 2010, 2011a; Machado, 2008), afirmando-se que tem um elevado valor-notícia (Araújo, 2013; Boda & Szabó, 2011; Greer, 2009; Jewkes, 2004; Karstedt, 2002; Leandro, 2012; Machado & Santos, 2008, 2011b; Reisinger, 2007)

O conceito de valor-notícia – conceito variável de país para país, de cultura para cultura – é desmembrado por Jewkes (2004) em doze parâmetros, alguns dos quais de natureza temporal: o carácter limiar, a previsibilidade, a simplificação, o individualismo, o risco, o sexo, a celebridade ou a posição social elevada, a proximidade, a violência, a espetacularidade ou as imagens gráficas, crianças e ideologia conservadora e/ou diversão política.

Reisinger (2007) conclui que, em vez do crime se tornar banal, as notícias sobre crimes renovaram o fascínio do público pela violência. Com o aparecimento da imprensa

popular no Reino Unido, os relatórios policiais revelaram-se fontes privilegiadas de notícias com potencial sensacionalista. O tempo dedicado pelos telejornais dos três principais canais franceses (TF1, France 2 e France 3) a estes *tópicos* é o dobro do tempo dedicado a temas económicos e sociais, e o quádruplo do tempo dedicado a temas políticos, com a exceção das campanhas eleitorais. Em Espanha, a presença de temas sobre crime nos média quase duplicou, enquanto as estatísticas da criminalidade real diminuíram ou estabilizaram. O caso português segue também esta tendência de destaque mediático do crime (Pina, 2009).

A sociedade desenvolveu um “apetite insaciável por narrativas de desvio e controle” e está cada vez mais “faminta” (Greer, 2009). Esta fome de narrativas criminais pode explicar o interesse mediático persistente e contínuo pelos assuntos judiciais (Araújo, 2013). Araújo (2013) mostra a pertinência de “três características transversais às narrativas mediáticas sobre o crime, quer na sua fase de investigação, quer no momento da resolução do litígio, ou seja, o julgamento: a serialização, a personificação e a commodificação” (Araújo, 2013, p. 18).

Surette (2011) afirma que o julgamento mediático reflete-se na forma como os crimes são “desenvolvidos e comercializados como histórias de entretenimento, como fonte a forma como os eventos e as informações circulam e são reciclados. O mesmo autor mostra a importância em perceber a forma como os média se dividem em tipo (impresso, visual, áudio e novos média) e em conteúdo (entretenimento, publicidade, notícia e infoentretenimento). Nos julgamentos mediáticos, os próprios média alimentam quase instantaneamente explicações diretas e individualizadas do crime como, por exemplo, a luxúria, a inveja, a imoralidade, a ganância, a vingança e a insanidade (Surette, 2011). Deste ponto de vista, observa-se que os média são, duplamente sujeitos da temporalidade e dos tempos que caracterizam cada momento histórico, mas também são agentes mobilizadores e produtores de temporalidades, atuando na construção de tempos paralelos (face a outras instâncias, incluindo as judiciais) que prezam pela antecipação (centralidade nos conteúdos sobre o que pode acontecer) e instantaneidade (necessidade de gerar conteúdos acerca dos casos, de modo contínuo e durante um certo período de tempo). Em grande parte, esta mobilização, no sentido da antecipação e da projeção, deve-se às enormes transformações que tem marcado o setor da comunicação, por via do desenvolvimento tecnocientífico e, nomeadamente, o digital.

O TEMPO E OS MÉDIA

Embora o tempo tivesse sido objeto de análise em várias publicações mencionadas, especialmente no contexto das relações entre política e média, torna-se relevante enquadrar a problemática em algo mais lato que considera as relações singulares com os média. Existem vários trabalhos sobre o tempo publicados, principalmente, a partir de meados dos anos noventa, do século passado. Tal como demonstraremos, as preocupações dos autores são várias, mas, em geral, tendem a clarificar o que poderíamos assinalar como *temporal turn*, ou seja, a preocupação com a relevância e saliência do

tempo e da temporalidade na análise dos fenómenos políticos e mediáticos, em pleno capitalismo informacional.

David Clarke (1995), num alinhamento que se aproxima do pensamento de autores como Richard Sennet (2006) ou Ijurn Appadurai (1996), considera ser vital incluir o espaço e o tempo no estudo dos fenómenos mediáticos, em particular atendendo à forma como os média moldam os padrões de uso do tempo. John Robinson, Kevin Barth e Andrew Kohut (1997) analisam os efeitos da utilização do computador sobre os usos do tempo. No seu entendimento, o computador tem sido mais eficaz do que a televisão no que toca à reconfiguração do comportamento diário dos cidadãos. Howard Rosenberg e Charles Feldman (2008) falam dos “erros de velocidade” nos média que, orientados pelas lógicas cada vez mais velozes de divulgação de conteúdos, alimentam a circulação de especulações, desencadeando consequências de ordem cultural e política, pois afetam os tempos de relação entre cidadãos e seus representantes.

Mira Moshe (2011) analisa a “configuração temporal dos média”, aventando sobre a forma como estes caminham para a privatização do tempo, nomeadamente por via do controlo dos cronogramas de visualização, assim como das configurações de hora e do fluxo de tempo. No livro de Emily Keightley (2012) o tema do tempo e a sua relação visceral, mas fluída, com os média surge tratado como uma dimensão central, embora invisível e sistémica. Eric Lee (2014) propõe uma análise semântica dos meandros mediáticos com a inclusão da análise ao tempo e à temporalidade na construção de sistemas interativos. Kenzie Burchell (2014) debruça-se sobre as interações quotidianas, destacando como as tecnologias de informação e de comunicação modelam as temporalidades nos relacionamentos interpessoais e as próprias configurações das atividades. Anne Kaun (2014) explora o tempo nas redes sociais, dando relevância ao Facebook. Diz que estas são plataformas de estruturação do tempo social que incluem processos de memorização. Sarah Coyne e outros (2014) incidem sobre o impacto dos média nos tempos das famílias com adolescentes, mostrando que o tempo dos e nos média constitui uma duração que contribui positivamente para as interações familiares, no que respeita a atividades de entretenimento, conexão emocional, discussão e informação.

Guobin Yang e Rosemary Clark (2015) discutem a presença do tempo histórico nos média sociais, revelando que os primeiros constituem modos de periodização do tempo, com efeitos no modo de perceber a mudança histórica. Alan Albarran e Arrese Angel (2015) contribuem bastante para a compreensão do tempo dos e nos média debruçando-se sobre a forma como a indústria mediática usa as transformações nos usos do tempo dos cidadãos para criar novos serviços. Matthew Jones e Joan Ormrod (2015) analisam a forma como os conteúdos mediáticos versam sobre o tempo e o tornam no objeto específico dos seus produtos. Lorna Jowett, Kevin Lee Robinson e David Simmons (2016) apresentam uma série de análises sobre a forma como as narrativas constituem um objeto privilegiado dos conteúdos mediáticos, ressaltando a ideia de que o tempo é em si um elemento de consumo privilegiado que os média usam para apresentar conteúdos atrativos e com potencial de audiências.

Xiaoqun Zhang e Louisa Ha (2015) defendem que vivemos num contexto de grande abundância mediática, estabelecendo algumas ligações relevantes entre o tempo de

consumo dos média tradicionais e dos novos média e as disponibilidades de tempo oferecidas pelos estatutos sociais. Afirmam, assim, que as pessoas com orçamentos temporais mais apertados (mais tempo de trabalho e menos tempo de lazer) gastam menos tempo com o consumo dos média tradicionais, do que pessoas com orçamentos temporais mais relaxados (mais tempo de lazer e menos tempo de trabalho). Além disso, as pessoas com orçamentos de tempo menos flexíveis alocam mais do seu tempo de consumo de notícias em novos média do que pessoas com orçamentos de tempo mais flexíveis, por causa do baixo “custo do tempo de pesquisa de notícias” .

Anne Kaun (2015) relaciona os regimes de tempo com as práticas de consumo mediático por parte de grupos sociais mais desfavorecidos, demonstrando como os regimes de tempo propiciados pela aceleração técnica nos domínios mediáticos são apropriados de forma assaz eficaz pelos grupos sociais, de forma a veicular a sua presença e descontentamento face à política. Deste ponto de vista, a autora equaciona a relação entre regimes de tempo, média e democracia, propondo que os novos média, favorecendo o aumento de velocidade e aceleração, asseguram a erupção de movimentos afirmativos e de protesto frequentes, com poder de estruturação das respostas políticas. Emily Keightley e John Downey (2017) rebatem a ideia segundo a qual a aceleração técnica implica “aligeirar” todo o processo de produção e disseminação de informação. Segundo os autores, essa aceleração deve ser pensada sob o ponto de vista dos efeitos positivos que tem sobre o consumo de notícias e o acesso mais generalizado à informação.

Kevin G. Barnhurst e Andrew W. Nightingale (2017) consideram que a digitalização está a trazer muitas novidades na forma como se pensa, usa e constrói o tempo, com efeito sobre a prática dos profissionais ligados aos média. Argumentam que o universo digital produz estruturas (aparentemente) estáticas de tempo que oferecem mudanças nos modos de recolher e disseminar informação, em ambientes que não favorecem a quantificação do tempo. Petter Bae Brandtzaeg e Marika Lüders (2018) explicam que o contexto nos média sociais pode atrapalhar o limite de tempo entre passado e presente, o que, por sua vez, pode afetar como os usuários gerem a sua identidade e desempenho nos média sociais. Matt Carlson e Seth C. Lewis (2018) desenvolvem o conceito de reflexividade temporal, propondo que o tempo deve ser objeto de ponderação no trabalho do jornalista principalmente no que respeita à forma como o jornalista lida com o passado, presente e futuro favorecendo mais ou menos a crença e a representação públicas sobre a crise, rutura ou inovação.

Um conjunto vasto de análises tem destacado as mudanças nos ritmos temporais das atividades ligadas à procura e disseminação de informação no que respeita aos regimes de tempo e, em grande parte, decorrentes da transformação tecnológica e digital. Correia (2006) refere-se à sujeição do “velho” jornalismo ao espírito da “nova economia”, marcada pela aceleração e velocidade. Para Deuze e Witschge (2016) o jornalismo está em processo de tornar-se uma profissão pós-industrial, marcada pela extemporaneidade e pelo tempo emergente:

normalmente, a profissão pede por um determinado tipo de compromisso, mas os jornalistas na era digital têm de se comprometer, além de tudo,

porque o seu trabalho é inseguro, o seu salário limitado, a confiança do público precária e o seu tempo de trabalho se estende além do deadline e do cronograma previsto. (Deuze & Witschge, 2016)

Para Pereira e Adghirni (2011), mudanças profundas afetam diferentes aspectos do jornalismo e podem alterar radicalmente a forma como será praticado no futuro (Pereira & Adghirni, 2011). Em geral, os estudos que incidem sobre o tempo e os média são bastante críticos relativamente, por um lado, à forma como os Estados, as organizações e as pessoas estão a lidar com vários focos de aceleração e, por outro, à forma como os média estão a tornar-se numa temporalidade dominante que estrutura os tempos históricos, culturais e quotidianos, definindo novas estruturas de tempo válidas em termos de organização da vida, formulação de expectativas e entendimento político-ideológico. No meio, está a transformação da atividade do jornalista e do jornalismo, altamente decorrente da mobilidade e da aceleração técnica e social. Mas estão também alterações à forma como as instituições, incluindo as políticas e judiciais produzem tempo e lidam com a aceleração dos ritmos sociais e velocidade de circulação de informação.

TEMPO, MÉDIA E POLÍTICA

Vários autores e autoras, como Luis Felipe Miguel (2002) e Sara Pina (2009), demonstram que a mediatização alterou, em grande medida, a forma de fazer política. Pina (2009) afirma que a mediatização da política transformou-a em “telepolítica” (Pina, 2009), o que acarreta quatro consequências: a hiper-personalização (centralidade do/a político/a); a dramatização (factos políticos assemelham-se a episódios narrativos ou novelas, nas palavras da autora); a fragmentação (destaque conferido às dimensões não-verbais, como imagens e voz, em vez do recurso à argumentação racional); e a normalização, isto é, a “standardização e uniformização das mensagens políticas segundo os modelos mediáticos” (Pina, 2009, p. 82).

A proposta de Pina (2009) sugere ainda que os/as políticos/as reconhecem esse poder de agenda e a necessidade de se adaptarem às estratégias e temporalidades mediáticas. Rémy Rieffel (2003) afirma que a mediatização da política transformou os modos de estruturação da política e do político:

enquanto o tempo político se situa no médio ou longo prazo, necessitando de análise e deliberação, devendo favorecer a memorização daquilo que os especialistas chamam “actos políticos pesados” (...) o tempo mediático, pelo contrário, baseia-se no directo, no efémero e na rapidez. (Rieffel, 2003, pp. 27-28)

Os média tradicionais foram obrigados a adaptar-se e, ao mesmo tempo, a incorporar estas novas plataformas digitais que implicam tempos e temporalidades distintas (Cardoso, 2014; Gurevitch et al., 2009; Luengo, 2006; Simões et al., 2011). Apesar desta incorporação transfigurar e proporcionar a erosão das noções de tempo e espaço (Cardoso, 2014), os/as jornalistas continuam a ser fundamentais, como mediadores/

as, assegurando a credibilidade das informações (Cardoso, 2014). William Croteau e David Hoynes revelam como uma série de processos políticos mudaram em resposta aos meios de comunicação, desde a crescente importância da imagem e da personalidade até ao declínio dos partidos políticos. De um modo geral, os autores tendem a frisar que a complexidade das sociedades é muito elevada, sendo que as respostas da política pouco se adaptam à solução que propõem para os problemas reais das populações. Antes de mais, os autores perspetivam a ação política como uma ação centrada em demasia na resposta sobre o imediato, distante da temporalidade legislativa e distante da temporalidade judicial, o que acarreta consequências para a qualidade da democracia participativa (Fidalgo & Oliveira, 2005; B. de S. Santos, 2005; F. Santos, 2009).

Importa ressaltar que a questão do tempo é transversal aos estudos que tratam a narrativa (Herman, 2004; Genette, 1976, 1979/1996; Ricoeur, 1994; Todorov, 1976). Katherine Young (2004) reflete sobre a natureza interativa do *storytelling* cara-a-cara e descreve o fluxo temporal da conversa através de um modelo espacial¹, considerando as narrativas como enclaves no domínio da conversa (Young, 2004). Mais focado sobre a análise do jornalismo na perspetiva narrativa, Robert W. Dardenne (2004) explica que, apesar dos/as jornalistas chamarem aos artigos “histórias”, nem todos seguem uma lógica mais flexível, entenda-se narrativa. Esta ideia é central porque se liga com as mudanças mais globais que marcam a situação do jornalismo no mundo da economia neo-liberal, global e financeira e pelas quais o jornalismo se torna numa atividade sujeita a novos processos de aceleração: dos meios de comunicação; dos conteúdos e dos acontecimentos e das interações e dependências que geram entre os vários atores envolvidos. Helen Fulton e outros afirmam, neste contexto que “as narrativas mediáticas não existem, então, apenas para nos distrair, o consumidor, para nos contar histórias (...) Elas são construídas para apoiar os enormes impérios que dirigem a maioria dos meios de comunicação” (Fulton et al., 2005, p. 4).

No caso concreto dos fenómenos de corrupção envolvendo políticos, torna-se essencial analisar também a associação do tempo da justiça e as suas influências sobre as práticas dos média. O assunto é complexo e vasto, uma vez que se refere ao cruzamento entre vários sistemas, cada um destes autoreferente e autopoietico, se utilizarmos a linguagem de Niklas Luhmann (1999, 2005).

Com efeito, o jornalismo e a justiça são sistemas distintos a dois níveis basilares: a nível temporal e a nível linguístico. São diferenças que acabam por gerar assimetrias e incompatibilidades (Fidalgo & Oliveira, 2005; B. de S. Santos, 2005; F. Santos, 2009). Os tempos imediatos e instantâneos da comunicação opõem-se aos tempos processuais, claramente mais lentos do que os primeiros (B. de S. Santos, 2005).

Mas como estão efetivamente os/as jornalistas a lidar com as diversas tensões que surgem das várias formas de aceleração? Como lidam os/as jornalistas com as agendas e os tempos dos próprios políticos envolvidos em corrupção? De que modo essas formas de aceleração são coincidentes na política e na justiça? Que ideia tem os/as jornalistas

¹ Young (2004) descreve a conversa como um movimento “back and forth” da narrativa, sobre a direção do narrador, mas também com a iniciativa dos outros participantes (Young, 2004, p. 44).

da influência que a aceleração dos tempos mediáticos tem sobre os tempos da justiça? Neste artigo e em seguimento da elaboração teórica que apresentamos, iremos procurar situar a discussão nos discursos produzidos pelos próprios jornalistas acerca das relações entre média, política e justiça e o papel que tem o tempo na construção destas relações e nas suas tipologias.

PESQUISA EMPÍRICA

NOTA METODOLÓGICA

Este artigo baseia-se numa investigação empírica mais vasta sobre a perspetiva dos jornalistas acerca da corrupção dos políticos e as relações com o sistema judicial (Moreira, 2015). Este estudo contemplou a realização de 30 entrevistas a jornalistas portugueses que acompanharam casos em que políticos foram acusados de corrupção. Foram entrevistados jornalistas que trabalham em jornais e em rádios em Portugal. Oito entrevistas foram realizadas por email, devido a indisponibilidade do/a entrevistado/a para realização da entrevista presencial. A maior parte das entrevistas (22) foi realizada de forma presencial. A média de tempo das entrevistas foi de uma hora e cinco minutos. Os locais da entrevista foram sempre escolhidos pelo/a entrevistado/a.

De acordo com a problemática, o guião foi dividido em três dimensões de análise centrais acerca das perspetivas e representações dos/as jornalistas sobre: a corrupção política e as suas implicações para a credibilidade e confiança nas instituições democráticas; os membros, tempos e documentos da Justiça, particularmente articulados com os casos de corrupção; a política e os/as políticos/as portugueses quando deparados com casos de corrupção política.

As entrevistas foram analisadas recorrendo à Análise de Temática de conteúdo (AT), seguindo a proposta de Victoria Clarke e Virginia Braun (2013) que destacam seis fases para a realização da AT: 1) familiarização com os dados empíricos, 2) codificação (analítica), 3) procura de temas (padrões presentes nos dados), 4) revisão dos temas (articulação dos temas com o conteúdo dos dados recolhidos); 5) definição e nomeação final dos temas (implica uma reflexão aprofundada sobre o que significa o tema encontrado e como pode ser explicado dentro do contexto e do objeto de estudo – identificar a “essência”) e 6) a escrita detalhada (narrativa analítica que congrega os temas dos dados recolhidos com a revisão teórica realizada). Tal como mencionado, apenas analisamos neste texto as considerações realizadas pelos jornalistas acerca da relevância do tempo no estabelecimento das relações ente média e justiça e média e política. A análise efetuada permitiu definir dois temas centrais sobre este assunto: a aceleração dos tempos noticiosos e os seus efeitos sobre o trabalho do jornalista perante situações em que há acusações de corrupção e; a relevância da espera na definição das relações entre média e justiça. Nos próximos pontos vamo-nos debruçar sobre estes dois temas.

ANÁLISE EMPÍRICA

A análise de conteúdo às entrevistas focada sobre o olhar e as perspetivas dos jornalistas entrevistados acerca da importância do tempo na relação que estabelecem com o sistema judicial e político confirma grande parte das ideias debatidas e exploradas no enquadramento teórico. Para os jornalistas, a justiça caracteriza-se por tempos lentos, marcados pela demora na divulgação; enquanto os média – designando espaços onde trabalham – são impelidos pela necessidade de responder de forma instantânea às solicitações, particularmente quando se trata de notícias que envolvem detentores de cargo políticos. A totalidade dos jornalistas entrevistados identifica-se com esta divisão de tempos, entre sistema mediático e sistema judicial, assim como com a tendência atual para a produção online da informação e a dificuldade em obter tempos de espera satisfatórios para as pesquisas mais aprofundadas antes de publicar os conteúdos devido, principalmente, à necessidade de diferenciação e procura de inovação de forma instantânea.

O TEMPO EMERGENTE E INSTANTÂNEO

Os jornalistas entrevistados consideram, assim, que, tratando-se de casos de corrupção (na maior parte das vezes apenas presumida), os média reagem de forma, não só emergente, como também “antecipada”, na luta por fazer chegar primeiro as notícias junto dos cidadãos, “em primeira mão”. A forma rápida como circula a informação é responsável, pois, por momentos de disrupção e de controvérsia de tempos, tanto na política – que canaliza atenção e a crítica, fechando-se num tempo liminar de prova; como na justiça – que se vê afetada pela procura de informações e pareceres, parte dos quais saindo do espaço físico das instituições judiciais, para o tempo instantâneo e contínuo da partilha e da apreciação pública, característico do palco mediático.

Sob o olhar dos jornalistas, os média são especialmente produtores de tempos curtos que caracterizam a informação marcada por uma temporalidade que denominam de “tritadora” (E4) que pode ser obtida “mercê das fugas de informação” (E11) e que também pode ser especulativa, desde de que se pretenda antecipar de modo a cobrir os tempos vazios de informação. Por isso, revelam em diversos momentos terem dificuldade ou ser impossível ultrapassar a permanente escassez de tempo, a necessidade de rapidez da informação, de responder ao princípio da novidade, da “quase-obrigação” (E7) de noticiar antes, “primeiro” (E7), em circunstâncias que criam a experiência constante de liquidez, mobilidade e instantaneidade. Os excertos apresentados a seguir demonstram esta ideia:

os média também necessitam de adaptação às novas realidades do mundo, sobretudo ao nível dos processos de trabalho. Os média, grosso modo, tratam superficialmente, parece que existe uma bolha do tempo, com princípio, meio e fim, até que nasce outra polémica e a antiga adormece. *Mea culpa*. (E10)

Porque nós próprios, lá está, pela ânsia de querermos dar as coisas, porque temos essa dinâmica, levamos as pessoas a acreditar que aqueles processos, que aqueles tempos da justiça deviam ser muito mais curtos. (E26)

De todo o modo, os jornalistas entrevistados não consideram haver um tempo homogéneo, típico e único que traduza a qualidade dos tempos que se produzem e reproduzem nos casos de mediatização de fenómenos de corrupção em que os políticos são visados. São os próprios a identificar diversas fases temporais na forma como os média lidam com notícias daquele teor. No seu entendimento, a intensa instantaneidade que marca os momentos de desvelamento dissipa-se à medida que os casos começam a ser tratados em sede judicial, caindo em “tempo morto”, quando a informação “acalma”, e se torna “mais do mesmo” (E15). Quer dizer, a emergência que caracteriza a temporalidade na fase de divulgação dos casos, dá lugar ao silenciamento, em fases seguintes, quando a memória acerca de uma determinada notícia se dissipa.

Os/as jornalistas revelam que o fenómeno da corrupção serve para perceber a dissonância que experimentam no dia-a-dia entre a necessidade de responder ao curto prazo, colocando notícias no espaço público, e o interesse em aprofundar as histórias e revelar mais informação contextual. Apesar de identificarem a dissonância, argumentam que os casos de corrupção, porque envolvem políticos, são altamente favoráveis à aceleração, com algum prejuízo no aprofundamento, por exemplo, de questões relacionadas com os processos, implicações e possíveis penalizações.

Em suma, o tempo enquanto categoria dos discursos dos jornalistas entrevistados aparece associado à necessidade de responder as exigências dos ritmos noticiosos que implicam geração de conteúdos antecipados face ao evento (e à notícia) e que obedecem a lógicas de aceleração na procura e desvelamento de informação que marcam os modelos económicos e organizativos do jornalismo atualmente. Apesar de em algumas entrevistas, o imediatismo e a necessidade de responder de forma instantânea às solicitações serem objeto de crítica, grande parte dos entrevistados consideram-nos inevitáveis e normais no contexto atual:

e estas coisas são muito más porque, muitas vezes, se corre o risco de se fazer um julgamento em praça pública e uma condenação antecipada. Não há uma forma perfeita, portanto, há muitos erros sempre cometidos. Mas... lá está mais uma vez... o papel dos jornais é irem dando a informação de que dispõem tentando que ela seja a mais fidedigna e o mais fiável possível. (E28)

Na globalidade, porém, as entrevistas realizadas dão conta da dessincronia de tempos entre média e justiça que implica percepções negativas por parte dos cidadãos acerca da justeza da atuação judicial sobre os políticos. Ademais, nos discursos dos jornalistas evidencia-se o imperativo da antecipação e da necessidade de “prever” e “andar à frente” das decisões judiciais conhecidas.

O problema é esse: como há tempos diferentes, por um lado, há falta de comunicação, por outro, faz com que se criem equívocos por parte da população relativamente às decisões judiciais. Como é óbvio, eles precisam do tempo deles, e nós do nosso, às vezes não é compatível. Portanto, quando eles estão a investigar, nós estamos a tentar divulgar... nós queremos estar sempre à frente deles, não é? (E27)

Além da centralidade do tempo na atividade diária dos jornalistas que lidam com as notícias sobre corrupção envolvendo políticos, as entrevistas realizadas dão conta de constrangimentos temporais que decorrem das relações que estabelecem com as instituições judiciais e que veiculam tensões entre os tempos dos média e os tempos judiciais. No próximo ponto vamos dedicar-nos um pouco mais a este assunto.

A ESPERA E O TEMPO DA JUSTIÇA

Os jornalistas entrevistados consideram ser difícil gerir a espera em relação a decisões e/ou informações judiciais de carácter contingencial (por exemplo, se há ou não acusação), ou estrutural (relativa ao desfecho dos processos). Nesse sentido, classificam a morosidade dos processos um “pecado” (E6) que, além de moldar negativamente os tempos da notícia, contribui, na sua perceção, para desvalorizar a justiça perante a sociedade, nomeadamente quando estão em causa personalidades políticas pertencentes a grupos sociais privilegiados e/ou elites.

Diversos estudos argumentam que os média e a justiça estariam unidos pelo mesmo princípio de encontrar a verdade (Évora, 2004; Machado & Santos, 2008, 2011; Prior, 2013; B. de S. Santos, 2005; F. Santos, 2009). No entanto, a comunicação entre os dois campos traduz-se numa interação altamente mediada pela geração e resolução dos tempos de retenção e espera. Ainda que seja típico da temporalidade judicial a instituição do tempo de espera e o uso do tempo como meio de verificação e avaliação, na perspetiva dos jornalistas esta espera sinaliza o estabelecimento de fronteiras de poder. A espera de que falam os jornalistas e que demarca o poder dos atores do sistema judicial, face aos jornalistas e aos cidadãos, em geral, abrange diversas situações, mas plasma-se muito concretamente e de modo cronológico: o tempo real de espera pelo contacto da justiça, em casos que são social e mediaticamente espetaculares:

[durante a exposição do caso X] os jornalistas estavam na rua, à chuva, e ao vento, e ao frio. Em novembro. 48 Horas seguidas. Sem haver uma informação a não ser no final, quando uma senhora vem ler um papel. (E17, P13)

Os jornalistas concebem o sistema judicial como uma instituição que totaliza e estandardiza o tempo, por não considerar a diversidade de tempos os média e reagir de modo uniforme e moroso, em situações com grande interesse mediático (e valor-notícia), tal como são os casos que envolvem acusações de corrupção.

Porque eu acho que se os jornalistas tivessem acesso a informação básica, já pré-definida, sobre cada um dos processos, se calhar não iam ter de

andar por portas e travessas e a furar para chegar a informações, porque quando é assim: potencia-se o perigo de passar informações erradas, informações pouco rigorosas ou, então, informações que vão para lá do que seria necessário dar (E4)

Deste ponto de vista, observa-se que os temas analisados estão interligados.

NOTA FINAL: DA RELEVÂNCIA DO TEMPO NAS INTERAÇÕES MÉDIA, JUSTIÇA E POLÍTICA

Em 2005, Joaquim Fidalgo e Madalena Oliveira argumentavam sobre a necessidade de uma maior aproximação entre média, política e justiça. Em 2013, Ana Paula Lourenço escrevia sobre a necessidade de se criarem canais de comunicação entre cada um destes sistemas, sugerindo a inclusão de gabinetes de comunicação junto das instituições judiciais e policiais. Na opinião da autora, facilitariam as relações entre os/as jornalistas e a justiça e diminuiriam as fugas de informação e a quebra do segredo de justiça. Acrescenta que este processo exigiria um grande esforço da justiça (adaptando-se aos padrões temporais mediáticos), mas também da parte dos/as jornalistas, no sentido de serem mais especializados nestas áreas.

Tal como propõe Nicklas Luhmann (1990), o tempo é um elemento central em qualquer sistema, fundamentalmente porque é através do tempo que o sistema se diferencia, desenvolve e estabelece relações comunicativas com outros sistemas. Interessantemente, o autor analisou o sistema mediático e o sistema legal, tendo proposto que não há regras específicas relativas ao modo como o tempo cronológico se cruza com o tempo político do próprio sistema. No entanto, está na natureza dos sistemas o exercício contínuo de antecipação, traduzida pela possibilidade de o sistema exercitar a presença do futuro (o que não aconteceu), no presente (que se torna objeto de relato). Esta perspetiva autorreferencial do tempo apresenta por Luhmann é de grande interesse para entendermos a complementaridade entre os dois temas tratados neste artigo. Com efeito, por um lado, identificamos a preponderância da aceleração e da instantaneidade enquanto características do tempo quotidiano nos média. Com causas situadas nas transformações tecnológicas, digitalização, globalização e expansão exponencial dos média nas sociedades contemporâneas, tal aceleração e velocidade acabam por ser também motivo de investimento na antecipação e na especulação.

Observando as análises acerca do fenómeno da corrupção, conclui-se para a construção da notícia, o/a jornalismo surge confrontado/a com diversos tempos, nomeadamente, o tempo do acontecimento, o tempo da escrita (constrangimentos da rotina de produção), o tempo de espera pela informação e o tempo da divulgação.

Este texto teve como objetivo elucidar sobre a importância do tempo na cobertura jornalística dos fenómenos de corrupção, considerando a necessidade de aprofundar a investigação sobre o modo como o tempo traduz a natureza das relações de poder que se instituem entre os sistemas mediático, judicial e político. Com efeito, verificámos que os média operam num registo de temporalidade ubíqua, conduzindo a que a própria temporalidade da política se altere profundamente, com impacto sobre o funcionamento

dos mecanismos e processos deliberativos. Em paralelo, o tempo da justiça é caracterizado por uma certa valorização da espera e recolhe para si um conjunto de procedimentos que entram frequentemente em descompasso com a urgência dos média. Deste ponto de vista, e como ideia central retemos que os novos regimes de temporalidade das tecnologias e dos novos média propõem desafios efetivos à experiência real da democracia, ao facilitarem a simulação, a encenação e a filtragem de informação, ao mesmo tempo que favorecem a emergência da política e da justiça que acontece, embora de forma distinta, no tempo emergente e instantâneo.

A questão do tempo e as estratégias para lidar com as durações, os intervalos e os compassos de espera são fundamentais, não apenas do ponto de vista da análise, mas também da intervenção. Entende-se, assim, que ao afirmarem a necessidade da justiça comunicar de outra forma com os média, perante fenómenos de elevado impacto, como a corrupção, os jornalistas referem-se ao interesse pela gestão e organização do tempo que medeia os vários processos judiciais, como forma de melhorar o seu desempenho e a qualidade da informação a que as/os cidadãs/cidadãos têm acesso. ✍

REFERÊNCIAS

- Albarran, A. & Reca, A. A. (2015). *Time and media markets*. Nova Iorque: Routledge.
- Appadurai, I. (1996). *Dimensões culturais da globalização. A modernidade sem peias*. Lisboa: Teorema.
- Araújo, B. B. de. (2013). *Justiça, media e espaço público: a cobertura jornalística do julgamento do mensalão em Veja e Época*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal. Retirado de <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/23648?mode=full>
- Araújo, B. (2011). A narrativa jornalística e a construção do real. Biblioteca On-Line de Ciências Da Comunicação (BOCC). Retirado de <http://bocc.unisinos.br/pag/araujo-bruno-a-narrativa-jornalistica-construcao-real.pdf>
- Barnhurst, K. G. & Nightingale, A. W. (2017). Time, realism, news. *Journalism*, 19(1), 7-20.
- Boda, Z., & Szabó, G. (2011). The media and attitudes towards crime and the justice system: a qualitative approach. *European Journal of Criminology*, 8(4), 329-342.
- Brandtzaeg, P. B. & Lüders, M. (2018). Time collapse in social media: extending the context collapse. *Social Media + Society*, 4(1). <https://doi.org/10.1177/2056305118763349>
- Burchell, K. (2014). Tasking the everyday: where mobile and online communication take time. *Mobile Media & Communication*, 3(1), 36-52.
- Cardoso, G. (2014). *Os media na sociedade em rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carlson, M. & Lewis, S. C. (2018). Temporal reflexivity in journalism studies: making sense of change in a more timely fashion. *Journalism*, 20(5), 642-650.
- Clarke, D. (1995). Space, time, and media theory: an illustration from the television-advertising nexus. *Environment and Planning D: Society and Space*, 13(5), 557-572.

- Clarke, V. & Braun, V. (2013). Teaching thematic analysis: overcoming challenges and developing strategies for effective learning. *The Psychologist*, 26(2), 120-123.
- Coyne, S. M., Padilla-Walker, L. M., Fraser, A. M., Fellows, K. & Day, R. D. (2014). “Media time = family time”: positive media use in families with adolescents. *Journal of Adolescent Research*, 29(5), 663-688.
- Croteau, D. & Hoynes, W. (2001). *The business of media: corporate media and the public interest*. California: Pine Forge Press.
- Dardenne, R. (2004). Journalism. In D. Herman, M. Jahn & M-L. Ryan (Eds.), *Routledge encyclopedia of narrative theory* (pp. 267-269). Nova Iorque: Routledge.
- Deuse, M. & Witschge, T. (2016). O que o jornalismo está se tornando. *Parágrafo*, 4(2), 6-21. Retirado de <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br>
- Dunn, A. (2005). Radio news and interviews. In H. Fulton, R. Huisman, J. Murphet & A. Dunn (Eds.), *Narrative and media* (pp. 203-217). Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Évora, S. L. (2004). O segredo de justiça e a investigação jornalística: a problemática dos direitos fundamentais na democracia portuguesa. Bocc - Biblioteca On-Line de Ciências Da Comunicação. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/evora-silvino-segredo-de-justica.pdf>
- Ferin, I. (2015). Da ‘democratização’ da Europa: democracia, media e corrupção política. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 38(1), 37-63. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/interc/v38n1/1809-5844-interc-38-01-0037.pdf>
- Ferin, I. (2017). Democracia e corrupção política mediatizadas. In A. Moreira, E. Araújo, & H. Sousa (Eds.), *Comunicação e política: tempos, contextos e desafios* (pp. 65-90). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho (CECS).
- Fidalgo, J. & Oliveira, M. (2005). Da justiça dos tribunais à barra da opinião pública: as relações entre a Justiça e a Comunicação Social. Braga: Universidade do Minho. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/7438>
- Figueiras, R. (2015). Anatomia do comentário: corrupção, noticiários e destinatários. *Media & Jornalismo - Corrupção política, media e democracia*, 14(26), 111-132.
- Fulton, H. (2005). Print news as narrative. In H. Fulton, R. Huisman, J. Murphet & A. Dunn (Eds.), *Narrative and media* (pp. 218-244). Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Fulton, H., Huisman, R., Murphet, J. & Dunn, A. (Eds.) (2005). *Narrative and media*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Genette, G. (1976). Fronteiras da narrativa. In R. Barthes, A. J. Greimas, C. Bremond, U. Eco, J. Gritti, V. Morin, C. Metz, G. Genette, *Análise estrutural da narrativa* (pp. 255-274). Petrópolis: Vozes.
- Genette, G. (1979/1996). *Discursos da narrativa*. Lisboa: Veja Universidade.
- Giglioli, P. P. (1996). Political corruption and the media: the tangentopoli affair. *International Social Science Journal*, 48, 381-394.
- Greer, C. (2009). *Crime and media: a reader*. Londres: Routledge.
- Guibentif, P., Vanda, G. & Cheta, R. (2002). *Comunicação social e representações do crime*. Cadernos do CEJ. Lisboa: Cadernos do CEJ.

- Gurevitch, M., Coleman, S. & Blumler, J. G. (2009). Political communication – old and new media relationships. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 625, 164-181.
- Herman, D. (2004). Toward a transmedia narrative. In M. L. Ryan (Ed.), *Narrative across media: the languages of storytelling* (pp. 47-75). Londres: University of Nebraska Press.
- Jewkes, Y. (2004). The construction of crime news. *Media and crime* (pp. 35-62). Retirado de https://www.corwin.com/sites/default/files/upm-binaries/9600_019968cho2.pdf
- Lourenço, A. P. (2013). Justiça e Comunicação Social: entre a tensão e a tentação recíprocas. *Jurismat*, 2, 217-254.
- Jones, M. & Ormrod, J. (Eds.) (2015). *Time travel in popular media: essays on film, television, literature and video games*. Jefferson: McFarland & Company.
- Jowett, L., Simmons, D. & Robinson, K. L., (Eds.) (2016). *Time on television: narrative time, time travel and time travellers in popular television culture*. Londres: I.B.Tauris & Co Ltd.
- Karstedt, S. (2002). Emotions and criminal justice. *Theoretical Criminology*, 6. Retirado de <http://tcr.sagepub.com/content/6/3/299.short>
- Kaun, A. (2014). Facebook time: technological and institutional affordances for media memories. *New Media & Society*, 16, 1154-1168.
- Kaun, A. (2015). Regimes of time: media practices of the dispossessed. *Time & Society*, 24, 221-243.
- Keightley, E. (Ed.) (2012). *Time, media and modernity*. Reino Unido: Palgrave Macmillan.
- Keightley, E. & Downey, J. (2017). The intermediate time of news consumption. *Journalism*, 19, 93-110.
- Leandro, L. F. (2012). *Crime, disse ela!: contributos para o estudo da noticiabilidade do crime ...ou como nasce uma jornalista de justiça*. Dissertação de mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Brasil. Retirado de https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/2923/1/DM_10179.pdf
- Lourenço, A. P. (2013). Justiça e comunicação social: entre a tensão e a tentação recíprocas. *Jurismat*, 2, 217-254.
- Luengo, Ó. G. (2006). E-activism: new media and political participation in europe. *CONfines*, 59-71. Retirado de <http://www.scielo.org.mx/pdf/confines/v2n4/v2n4a4.pdf>
- Luhmann, N. (1990). *Sociedad y sistema. La ambición de la teoría*. Universidade Autonoma de Marbelona: Paidós.
- Luhmann, N. (2005). *A realidade dos meios de comunicação*. Paulus: S. Paulo.
- Machado, H. & Santos, F. (2008). *Crime, drama e entretenimento. O caso Maddie e a meta-justiça popular na imprensa portuguesa*. Coimbra. Retirado de <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/310.pdf>
- Machado, H. & Santos, F. (2009). A moral da justiça e a moral dos media: julgamentos mediáticos e dramas públicos. *Oficina Do CES*, 333. Retirado de <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=ntitle:A+moral+da+justiça+e+a+moral+dos+media:+julgamentos+mediáticos+e+dramas+públicos#o>
- Machado, H. & Santos, F. (2010). *Justiça, ambientes mediáticos e ordem social*. Famalicão: Húmus.
- Machado, H. & Santos, F. (2011a). Justiça, média e cidadania. In H. Machado & F. Santos, *Direito, justiça e média. Tópicos de Sociologia* (pp. 133-166). Porto: Afrontamento.

- Machado, H. & Santos, F. (2011b). *Direito, justiça e média. tópicos de sociologia*. Porto: Edições Afrontamento.
- Maia, A. J. & Borges, H. (2014). Prevenir e reprimir a corrupção em Portugal – evolução do quadro legal. In I. Ferin & E. Serrano (Eds.), *Cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais* (pp.109-180). Lisboa: Aletheia Editores
- Miguel, L. F. (2002). Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/ao7n5556.pdf>
- Moreira, A. (2015). “Dou uma entrevista em legítima defesa”: da prisão para os ecrãs. *Comunicação, Cultura e Mídia Sociais. XIV Congresso Internacional de Comunicação Ibercom*. Universidade de São Paulo: Escola de Comunicações e Artes (ECA).
- Moshe, M. (2011). Media time squeezing: the privatization of the media time sphere. *Television New Media*, 13, 68-88.
- Paixão, B. (2014). A objetividade na cobertura do escândalo político e os novos propósitos de uma subjetividade objetivante. In I. Ferin & E. Serrano (Eds.), *Cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais* (pp. 459-492). Lisboa: Aletheia Editores.
- Paixão, B. (2017). O que nos dizem os média sobre os escândalos políticos – notas sobre a duração e o tempo. In A. Moreira, E. Araújo, & H. Sousa (Eds.), *Comunicação e política: tempos, contextos e desafios* (pp. 45-64). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho
- Pina, S. (2009). *Media e leis penais*. Lisboa: Almedina.
- Pereira, F. H. & Adghirni, Z. L. (2011). O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. *Intexto*, 1(24), 38-57.
- Prior, H. (2013). A comunicação social e o discurso judiciário. *Derecom*, 14, 118-130.
- Prior, H., Guazina, L. & Araújo, B. (2015). Corrupção e escândalo político: o enquadramento dos escândalos Face Oculta e Mensalão na imprensa portuguesa e brasileira. *Media & Jornalismo*, 14(26), 167-185. http://dx.doi.org/10.14195/2183-5462_26_10
- Reisinger, D. S. (2007). *Crime and media in contemporary France*. EUA: Purdue University Press.
- Rieffel, R. (2003). *Sociologia dos media*. Porto: Porto Editora.
- Robinson, J. P., Barth, K. & Kohut, A. (1997). Social impact research: personal computers, mass media, and use of time. *Social Science Computer Review*, 15, 65-82.
- Rosenberg, H. & Feldman, C. (2008). *No time to think: the menace of media speed and the 24-hour news cycle*. Continuum.
- Santos, B. de S. (2005). Os tribunais e as novas tecnologias de comunicação e de informação. *Sociologias*, 7, 82-109. Retirado de [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Tribunais%20e%20novas%20tecnologias_Sociologias_2005\(1\).pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Tribunais%20e%20novas%20tecnologias_Sociologias_2005(1).pdf)
- Santos, F. (2009). *Jornalistas e magistrados: perspectivas cruzadas nas relações entre media e justiça*. Tese de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais e Humanidade, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Sennet, R. (2006). *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Serrano, E. (2014). A corrupção política vista através das redes sociais: metodologias para o estudo de conteúdos web. In I. Ferin & E. Serrano (Eds.), *Cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais* (pp. 493-522). Lisboa: Aletheia Editores.

- Simões, M., Barriga, A. & Jerónimo, N. (2011). Brave new world? Political participation and new media. *SOTICS 2011: The First International Conference on Social Eco-Informatics* (pp. 55-60). Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/21154>
- Sousa, L. de. (2011). *Corrupção*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Sousa, L. & Triães, J. (2007). Corrupção e ética em democracia: o caso de Portugal. *OberCom - Investigação E Saber Em Comunicação*. Retirado de <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Corrupção+e+Ética+em+Democracia+:+O+Caso+de+Portugal#o>
- Todorov, T. (1976). As categorias da narrativa literária. In R. Barthes, A. J. Greimas, C. Bremond, U. Eco, J. Gritti, V. Morin, C. Metz, G. Genette, *Análise estrutural da narrativa* (pp. 209-254). Petrópolis: Vozes.
- Yang, G. & Clark, R. (2015). Social media and time. *Social Media + Society*, 1(1), 1-2.
- Young, K. (2004). Frame and boundary in the phenomenology of narrative. In M. L. Ryan (Ed.), *Narrative across media: the languages of storytelling* (pp. 77-107). Londres: University of Nebraska Press.
- Zhang, X. & Ha, L. (2015). Time budget, news search time cost, and news media choice. *Time & Society*, 24, 201-220.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Ana Beatriz Moreira, licenciada e mestre em Sociologia, é candidata ao doutoramento em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho, Portugal. A sua tese discute as narrativas mediáticas sobre a corrupção política em Portugal e este trabalho é apoiado e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Os seus interesses de investigação têm sido focados nos meios de comunicação, na política, na justiça, no poder e na corrupção política. Esteve na Universidade de Santiago de Compostela (Espanha) e na Universidade de São Paulo (Brasil), enquanto investigadora visitante.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2125-8022>

Email: abgmoraire@gmail.com

Morada: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, 4710-057 Gualtar – Braga, Portugal

Emília Rodrigues Araújo é Professora Auxiliar no Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia e investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Tem participado em diversos projetos de investigação nas temáticas do tempo, cultura e mobilidades na ciência e na investigação. Participa em várias associações científicas, tendo diversas publicações nacionais e internacionais sobre as temáticas mencionadas.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3600-3310>

Email: emiliararaujo@gmail.com

Morada: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, 4710-057 Gualtar – Braga, Portugal

Helena Sousa é Professora Catedrática de Ciências da comunicação. Ela foi presidente e vice-presidente (2004-2014) da seção de economia política da IAMCR e vice-presidente do Conselho Científico da Fundação Nacional de ciência (FCT) para ciências sociais e Humanidades. Atualmente é editora do *European Journal of Communication*, membro do Conselho Internacional da IAMCR e membro do grupo de investigação EuroMedia. Foi responsável e participou em vários projetos de investigação nacionais e internacionais e tem uma vasta experiência na orientação de doutoramentos (15 doutorados) e pós-doutoramentos (seis concluídos). É membro do Conselho de administração do do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e perita independente na área da comunicação social no Conselho da Europa.

ORCID: orcid.org/0000-0002-8101-0010

Email: helena@ics.uminho.pt

Morada: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 4710-057 Gualtar – Braga, Portugal

* **Submetido: 10/9/2018**

* **Aceite: 25/05/2019**